

Cumprimento de decisões judiciais do SUS foi tema de palestras na JFMG



Da esq. para dir.: Procuradora Municipal Dione Ferreira dos Santos, juiz federal André Prado de Vasconcelos e Farmacêutico do Núcleo de Atendimento à Judicialização da Saúde da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, Jans Bastos Izidoro

No dia 28 de novembro, a Diretoria do Foro, através SEFAS (Seção de Formação, Capacitação e Aperfeiçoamento de Servidores), promoveu duas palestras sobre cumprimento de decisões judiciais do Sistema Único de Saúde – SUS. A ação de capacitação foi transmitida ao vivo para as subseções judiciárias de Minas Gerais.

O juiz federal Diretor do Foro André Prado Vasconcelos, durante a abertura da conferência, contextualizou as palestras dentro da esfera de interesse do CLI-SJMG (Centro Local de Inteligência da Seção Judiciária de Minas Gerais), que, segundo ele, foi criado para *“dar soluções inteligentes para aquelas demandas repetitivas, hoje chamadas de demandas estruturadas. Demandas que tem um alto potencial corrosivo sobre a nossa força de trabalho, e, ao mesmo tempo, também significam um alto impacto orçamentário”*.

Sobre o tema ora apresentado, o magistrado mencionou a intenção da Diretoria do Foro de criar um órgão na Justiça Federal que ficará encarregado do acompanhamento dessas decisões: *“A nossa ideia é evoluir para a criação de um centro, com uma estrutura ainda que pequena, para dar uniformidade na maneira de condução dessas questões”*.

O juiz federal Reginaldo Márcio Pereira, um dos coordenadores do CLI-SJMG, compôs a mesa do evento.

As palestras foram ministradas pela Procuradora Municipal e Assessora Jurídica do Contencioso de Serviços Públicos do Município de Belo Horizonte, Dione Ferreira dos Santos, e pelo Farmacêutico do Núcleo de Atendimento à Judicialização da Saúde da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, Jans Bastos Izidoro.

Os conferencistas discorreram sobre os trâmites administrativos necessários para o cumprimento das decisões judiciais do SUS relativas a medicamentos, insumos e procedimentos médicos hospitalares. Também foram abordados os aspectos formais e procedimentais que proporcionarão maior eficácia ao cumprimento das decisões judiciais proferidas.



Ao centro: juiz federal Reginaldo Márcio Pereira